

Estratégia de Desenvolvimento Local

NOME BENEFICIÁRIO	ALENTEJO XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural
NIFAP	7167327
DESIGNAÇÃO	PRORURAL 2030 – DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. ENQUADRAMENTO

A Estratégia Pró-Rural 2030 foi desenvolvida para o Território que abrange a totalidade dos Municípios de Beja, Mértola e Vidigueira, tendo como ponto de partida o diagnóstico realizado de forma participativa com os agentes do território e comunidade dos 3 concelhos, num amplo processo que envolveu quer contactos personalizados e entrevistas, quer reuniões gerais de discussão e apresentação de resultados. Esta metodologia permitiu selecionar os enfoques temáticos da EDL e definir os futuros membros da parceria de uma forma alargada e participativa a todos os agentes do território.

A análise SWOT aos diferentes domínios de intervenção permitiu o desenho de uma estratégia centrada em 32 objetivos distribuídos em cinco enfoques temáticos definidos como prioritários, nas quais foram detetadas maiores oportunidades a potenciar, ou fragilidades a serem corrigidas, independentemente de estas serem ou não da esfera do DLBC. Estas 5 áreas de atuação cobrem, no entanto 7 das necessidades principais e 14 necessidades complementares do OE8 do PEPAC, contribuindo ainda para os 10 indicadores de resultado do OE8, pelo que se encontra bastante alinhada com o PEPAC e o DLBC em particular, sendo que contempla ainda a possibilidade de recurso a outros instrumentos complementares de financiamento além do PEPAC.

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

2.1 VERTENTE DO DLBC A CANDIDATAR

A presente candidatura enquadra-se no DLBC RURAL.

2.2. TIPOLOGIA E LIMITES DO TERRITÓRIO

O TI inclui 21 freguesias de 3 concelhos do Baixo Alentejo: Beja, Mértola e Vidigueira, numa superfície de 1.542,49 km² e 44.775 residentes, dos quais 20.702 residem em freguesias rurais.

“A justificação da opção por um DLBC rural assenta a sua estrutura num território marcadamente rural, mesmo ao nível de freguesias não consideradas rurais de acordo com a classificação indicada pelo GPP.

A constituição do território e sua delimitação integra um conjunto de 21 Freguesias, sendo que 19 são consideradas rurais e 2 (União das freguesias de Beja - Salvador e Santa Maria da Feira e União das freguesias de Beja - Santiago Maior e São João Baptista) não rurais, representando 24.703 habitantes.

A opção pela integração destas no território de atuação é justificada por diversos fatores enunciados de seguida:

As freguesias consideradas não rurais incorporam no seu espaço aglomerados com características marcadamente rurais, de tal forma que têm vindo a ser alvo de intervenções financiadas por programas de financiamento como o AGRIS, o LEADER + e o PRODER. Referimo-nos, em alguns casos, a espaços periurbanos onde ocorre uma ligação à atividade agrícola forte e constante, de que é exemplo Penedo Gordo que é um aglomerado populacional a 6km da cidade de Beja, integrado na freguesia urbana, mas que possui características marcadamente rurais, mantendo uma população ativa significativamente ligada à agricultura e à pecuária.

Outro exemplo pode ser o Bairro da Esperança que se constitui como um agregado populacional periférico à cidade com características rurais vincadas através da existência de uma população nómada, ou recentemente sedentarizada, com profundas raízes rurais e a predominância de elementos culturais de origem rural, cujos valores não estão assimilados pelos valores urbanos resultantes da influência da cidade.

Para reforçar, importa salientar que existe uma dinâmica muito forte entre o tecido organizacional radicado sobretudo nas freguesias classificadas como sendo não rurais onde existem organizações como a EDIA - Empresa Desenvolvimento das infraestruturas de Alqueva, e a ACOS – Associação de Agricultores do Sul, bem como diversas empresas de serviços relacionados com a agricultura, estas marcadamente ligadas à principal atividade do meio rural. Para além destas, existe um conjunto de organizações na esfera do apoio social, na esfera da educação e na esfera da valorização patrimonial, cuja dinâmica pode potenciar processos de desenvolvimento em meio rural, pois a sua interação com o restante território é um facto.

A alocação de recursos para este território na sua íntegra acaba por promover um maior retorno, na medida em que se podem desenvolver dinâmicas, mais efetivas, mais participadas e sobretudo mais eficazes, promovendo resultados mais vantajosos para o desenvolvimento de base local. Os territórios não são estanques e por isso devemos valorizar a forte interação que existe, baseada em fluxos intensos e constantes entre todo este território, ao nível da geração de negócio, da educação, da atividade social e cultural e da promoção e valorização do património em todas as suas vertentes.

3. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA

A parceria é composta por 100 entidades, sendo 21 do setor público (21%) e 77 privados (77%) e dois parceiros em nome individual.

Em termos de representatividade territorial a parceria encontra-se bastante equilibrada e alinhada com as populações dos respetivos concelhos, contando com 53% de parceiros com sede em Beja, 22% com sede em Mértola, 15 % da Vidigueira, 5 % de entidades com sede em Lisboa e 5% representantes de outros municípios do Alentejo e do país.

Sobre estes, importa clarificar a sua atuação no território de intervenção e importância para atingir os objetivos propostos:

As entidades com sede em Lisboa e Porto, nomeadamente o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, IP, a Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL e a EAPN – Portugal são organizações públicas ou associativas de âmbito de intervenção nacional nas áreas de intervenção da EDL, nomeadamente agrícola, desenvolvimento rural e intervenção social.

- Sociedade Agrícola Paço do Conde: Tem toda a sua atividade agrícola localizada na freguesia de Baleizão no concelho de Beja. Tem também uma atividade agroindustrial também localizada na freguesia, lagar e adegas. É um dos mais importantes exportadores de produtos agrícolas transformados no território de intervenção
- CultiFarm, CRL Prestador de serviços agrícolas e de serviços de candidaturas no âmbito agrícola. Desenvolve atividade no território de intervenção e territórios limítrofes
- Associação de Beneficiários do Roxo: Parte do território de intervenção desta Associação localiza-se na freguesia de Santa Vitória concelho de Beja
- Associação de Ensino Bento de Jesus Caraça Tem uma escola profissional localizada no concelho de Beja, com atividade muito relevante na área do ensino profissional
- Confraria Gastronómica do Figo e da Figueira da Índia: representa um produto com forte expansão e relevância no território, particularmente no concelho de Mértola.

Relativamente à representatividade temática, está assegurada a cobertura de todas as áreas de atuação da EDL, com maior preponderância para o setor agrícola (28%) e agroalimentar (8%), seguidos do setor social com 17%, património e cultura com 6%, educação com 5%, turismo com 4%, ambiente e indústria com 3% cada. As entidades representativas de outras áreas de atuação representam 24%, sendo na sua maioria entidades públicas, incluindo 2 municípios e 14 freguesias. Face ao período anterior verifica-se um aumento do número de setores de atividade, nomeadamente pela entrada de parceiros dos setores da Floresta e Ambiente.

Das 100 entidades, 62 integram pela primeira vez a parceria o que traduz uma elevada vitalidade da parceria.

Em relação à parceria do GAL anterior, dos 69 elementos, mantêm-se 38 (56%), o que, tendo em conta a saída dos concelhos de Aljustrel e Castro Verde da Parceria, se traduz numa taxa de retenção de parceiros considerável que confere à parceria maturidade e experiência.

Em termos de modelo de governação, o órgão máximo do GAL será a Assembleia de parceiros, que elegerá a Unidade de Gestão do DLBC.

Após assinatura do contrato DLBC, a Assembleia de Parceiros aprovará o respetivo Regulamento.

Esta assembleia reunirá um mínimo de duas vezes por ano, sendo uma obrigatoriamente presencial. As reuniões presenciais devem obrigatoriamente realizar-se nos concelhos integrantes da parceria de uma forma rotativa.

Será ainda constituída uma comissão de acompanhamento do DLBC a eleger em assembleia de participantes e que deverá refletir a diversidade temática e territorial dos parceiros. A sua constituição deverá ter a seguinte composição:

- Um representante a designar pela Alentejo XXI
- Um representante do setor público, administração local
- Um representante do setor público, administração central incluindo a desconcentrada
- Um representante do setor cooperativo, incluindo as associações de agricultores
- Um representante do setor social
- Um representante do setor empresarial agrícola e agroindustrial
- Um representante dos restantes setores empresariais

A principal missão desta comissão será emitir um parecer anual sobre o andamento do DLBC e propor a tomada de medidas, sempre que tal se torne desejável e necessário. A animação da parceria e a efetiva desconcentração do modelo de gestão ao longo do território de intervenção será outros dos aspetos obrigatórios de análise nos relatórios anuais da Comissão.

A unidade de gestão do DLBC a constituir, com sete membros, seguirá os mesmos princípios da comissão de acompanhamento, sendo presidida por um membro a indicar pela Alentejo XXI. A esta unidade caberá decidir sobre a implementação dos objetivos e metas constantes da EDL, a gestão dos Fundos Comunitários, nomeadamente do FEADER. Esta unidade delega na Alentejo XXI as funções técnico-administrativas e as responsabilidades legais da Gestão da EDL. A Unidade de Gestão deverá reunir mensalmente e analisar os relatórios apresentados pela equipa técnica, cabendo-lhe também elaborar o relatório sobre a execução semestral da EDL. A constituição da Unidade de Gestão será a seguinte:

- Presidente a designar pela Alentejo XXI
- Um representante do setor público, administração local
- Um representante do setor público, administração central incluindo a desconcentrada
- Um representante do setor cooperativo, incluindo as associações de agricultores
- Um representante do setor social

- Um representante do setor empresarial agrícola e agroindustrial
- Um representante dos restantes setores empresariais

Dada a diversidade e extensão da parceria e de forma a explorar a partilha de conhecimento e experiência e a identificação de problemas específicos e soluções de forma especializada e concertada, serão constituídos grupos de trabalho para cada uma das 5 áreas de atuação com parceiros que reúnam essa especialização.

Da mesma forma serão criados 3 grupos de âmbito territorial integrando os parceiros de cada um dos 3 concelhos, incluindo as juntas de freguesia, tendo como missão o desenvolvimento de uma intervenção integrada em cada um dos concelhos alinhada com a EDL e contribuindo para a sua concretização eficaz no concelho.

Em cada um destes grupos será nomeado um interlocutor junto da Unidade de Gestão.

Cada um destes grupos deverá reunir pelo menos 2 vezes no ano, para preparação de plano de atividades local ou temático a integrar no plano de atividades do GAL e balanço da atividade do grupo temático ou no concelho a ser integrado no Relatório anual do GAL.

4. DIAGNÓSTICO

4.1. POPULAÇÃO

A análise SWOT da demografia e políticas sociais no TI revela como principais desafios o envelhecimento da população, o despovoamento de áreas rurais e a falta de qualificação profissional. No entanto, a região possui recursos culturais e naturais valiosos, como o clima, a riqueza do património cultural e natural, a identidade e a qualidade de vida que podem ser explorados para fixar população, sobretudo a mais qualificada, que possa inverter o declínio populacional e promover o desenvolvimento do território assente nos seus setores chave: natureza, fileira agroalimentar e turismo. Além da fixação de população, o foco deverá estar também nos atuais residentes, nomeadamente os mais idosos e isolados, mas também as jovens famílias, a quem é importante garantir serviços de suporte adequados, para o que se revela fundamental a fixação de técnicos e respostas mais qualificadas em termos do acesso à saúde, educação e apoio social.

Responsável por uma diminuição menos gravosa do despovoamento, a comunidade migrante que assegura mão de obra necessária às explorações agrícolas, deve merecer atenção particular no que se refere ao desenvolvimento de políticas de integração social, o mesmo acontecendo com a comunidade cigana. Para tal, deve ser assumido como prioritária a promoção da inovação social que traga soluções inovadoras para novos e antigos problemas sociais, face à insuficiente reposta das soluções tradicionais.

O desenvolvimento de uma economia mais competitiva deve também assentar na fixação de população mais qualificada, para o que se trona importante o estreitar de ligações com o sistema científico e tecnológico nacional, e num maior ajuste entre a oferta formativas e as necessidades do território e da sua economia, a exemplo do que já está a acontecer com o projeto da Estação Biológica de Mértola.

Por fim, como forma de garantir condições para a atração e fixação de população, urge desenvolver políticas de estímulo à construção e oferta de habitação a custos razoáveis.

4.2. ECONOMIA E EMPREGO

A economia deste TI assenta em três vetores chave: riqueza do património natural e cultural, condições de excelência para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares sustentáveis e o turismo, em particular o agroturismo, o turismo cultural e o turismo de natureza.

A articulação virtuosa entre estes três eixos e a sua exploração de forma sustentável constitui a chave para a afirmação e desenvolvimento deste território.

O seu desenvolvimento implica a mitigação de algumas fraquezas e ameaças, nomeadamente a fragilidade do tecido económico, demasiado assente em setores tradicionais como a agricultura e pecuária, com vulnerabilidades relevantes às alterações climáticas, a reduzida expressão do setor transformador, nomeadamente o ligado à produção primária e a dificuldade em recrutar mão de obra qualificada que traga mais inovação e valor ao setor produtivo e a enorme necessidade de mão de obra pouco qualificada que vem sendo suprida por imigrantes com os resultantes problemas de integração social conhecidos.

O setor agroalimentar, por constituir uma das principais bases da intervenção do DLBC, mas também pela relevância que assume na economia e desenvolvimento do território, será aprofundado no ponto 4.4.

O património natural e cultural será também objeto de análise mais aprofundada no ponto seguinte.

Por fim, o Turismo de natureza, o agroturismo, nas suas diversas modalidades, com destaque para o enoturismo e o turismo gastronómico associado à autenticidade e heterogeneidade dos produtos regionais e à dieta mediterrânica, a que acresce o turismo cultural associado à riqueza do património histórico e cultural, por todo o potencial diferenciador que encerram, devem ser assumidos como uma das prioridades de desenvolvimento sustentável do território.

Importa para tal qualificar o destino e a oferta turística e assegurar uma gestão sustentável de todos os processos de oferta turística, para o que se revela fundamental introduzir processos de certificação de sustentabilidade.

4.3. RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS

Como referido no ponto anterior, a riqueza dos ativos naturais e culturais do TI assumem-se como um dos principais fatores de diferenciação e potencial de geração de valor. Neste ponto destaque para o Parque Natural Vale do Guadiana (cerca de 60% do território de Mértola), que além de área protegida, configura uma marca importante a nível turístico, mas também ao nível de outros setores da economia.

Com a sua ligação ao setor primário e ao turismo, os recursos naturais e culturais podem constituir importante fator de desenvolvimento do território, mas enfrentam

ameaças como as alterações climáticas e o seu potencial impacto na conservação e sustentabilidade dos recursos, ou a sua exploração intensiva e gestão inadequada que importa prevenir para que preservar a sustentabilidade e valor destes ativos.

Nesse sentido torna-se importante o desenvolvimento de campanhas de sensibilização ambiental à população, e a capacitação dos agentes económicos para o uso de práticas sustentáveis, quer no setor primário, quer no turismo.

Sobre este ponto releva-se ainda a importância do reforço da ligação ao sistema científico e tecnológico e o desenvolvimento de investigação e projetos piloto relacionados com as alterações climáticas e a sua mitigação, no que a Estação Biológica de Mértola e a sua esperada intervenção qualificada e inovadora neste âmbito se assume como uma boa prática a apoiar e a replicar.

4.4. PRODUÇÃO, INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS BÁSICOS

A fileira agroalimentar constitui o maior fator de desenvolvimento económico da região, mas importa repensá-la e reestruturá-la para enfrentar grandes desafios que se lhe colocam no presente e se agravarão no futuro.

Com efeito, a disponibilidade de solos férteis e recursos hídricos, associada à produção de produtos de qualidade que constituem a base da dieta mediterrânica, são o principal ativo do território, que importa preservar incentivando práticas agrícolas mais sustentáveis que evitem a degradação dos solos e a perda de biodiversidade, bem como a aposta em produtos menos consumidores de recursos, aumentando a resiliência do setor às alterações climáticas, particularmente a crescente escassez de água.

Todo este processo deve ter em conta o potencial que encerra a qualidade intrínseca dos produtos endógenos que constituem a base da dieta mediterrânica, além da crescente consciencialização e opção dos consumidores por produtos mais sustentáveis e com menor pegada de carbono, bem como por uma alimentação saudável cujas origens e qualidade são conhecidas.

Com efeito, os sistemas alimentares sustentáveis poderão ser o principal fator de diferenciação e afirmação da produção local, perspetiva que se deve estender à distribuição no sentido da valorização dos circuitos de comercialização de proximidade e dos sistemas alimentares locais.

4.5. SUSTENTABILIDADE E CLIMA

As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios que o território enfrenta, com particular ênfase no concelho de Mértola, já classificado com clima semiárido mediterrânico que configura já um conjunto de características (aumento médio da temperatura, diminuição da pluviosidade, aumento de fenómenos climáticos extremos) que têm efeitos muito significativos nos ecossistemas, na economia (agrícola essencialmente) e na saúde e bem-estar das populações.

Paradoxalmente, esta ameaça pode constituir simultaneamente uma oportunidade para o território se afirmar como um polo de investigação, inovação, pilotagem e

monitorização de soluções de mitigação desses mesmos efeitos, com a possibilidade de replicação e extensão das soluções a territórios vizinhos ou com condições semelhantes.

Nesse âmbito assume preponderância a aposta do Município de Mértola na colaboração intensa com o Sistema Científico e Tecnológico Nacional no campo da ciência e da investigação, onde a EBM – Estação Biológica de Mértola, o CEBAL e o Campo Arqueológico de Mértola, associados a outros processos em curso no território, como o Centro de Agroecologia de Mértola, configuram um território onde a ciência pode ganhar uma nova centralidade possibilitando um modelo de projetos-piloto com monitorização e desenho colaborativo de formas de scaling (em concordância com a ideia de living lab) em particular na implementação de práticas e soluções inovadoras (práticas agrícolas, campos experimentais, projetos-de investigação, ideias de negócio, modelos de governança e respostas sociais e/ou culturais ao despovoamento e isolamento.

Dado o alinhamento com as prioridades europeias, o território reúne também condições muito favoráveis para beneficiar da disponibilidade de financiamentos europeus, quer no incentivo à produção de energias renováveis e eficiência energética, à preservação da biodiversidade, quer à promoção da bioeconomia, nomeadamente ao nível da economia circular e formas de agricultura mais sustentáveis.

4.6. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E DIGITAL

O território reúne condições favoráveis à transição energética, quer pelo potencial de produção de energias renováveis, com destaque para a fotovoltaica, quer enquanto piloto de soluções de eficiência energética e combate à pobreza energética dadas as condições climáticas extremas que representa a nível nacional.

Para tal, torna-se relevante a aposta na relação com o sistema científico e tecnológico para a investigação, desenvolvimento e monitorização de soluções.

Já no que se refere à transição digital o TI enfrenta o desafio de se encontrar ainda num estado insipiente de desenvolvimento, quer pela insuficiente cobertura de rede móvel e de internet de alta velocidade nas zonas rurais mais remotas, quer pelo baixo nível de literacia e resistência à mudança sobretudo na população mais idosa e nos setores mais tradicionais.

Também aqui assume relevância a oportunidade que constituem os financiamentos públicos ao investimento na transição digital para o necessário investimento em infraestrutura, possibilitando também uma maior competitividade e sustentabilidade da atividade agrícola, nomeadamente pela adoção de tecnologia e soluções da agricultura 4.0.

4.7. GOVERNANÇA LOCAL, INOVAÇÃO SOCIAL, CIDADANIA E SOCIEDADE CIVIL

O novo modelo de parceria proposto para o GAL configura um reforço da participação e colaboração entre parceiros, acompanhado de um forte crescimento em termos de representatividade territorial e temática e uma maior proximidade e envolvimento da comunidade na identificação de problemas comuns e construção conjunta de soluções.

Para que tal se concretize assume particular relevância o desenvolvimento de um plano de comunicação e marketing territorial que, suportado em novas tecnologias de informação e comunicação e redes sociais permita uma comunicação ágil e efetiva com a comunidade em ambos os sentidos.

A eficácia e eficiência das soluções a desenvolver deverá também assentar no estímulo à inovação social e ao desenvolvimento colaborativo de soluções inovadoras para problemas graves e negligenciados, para o que o novo programa Portugal Inovação Social pode assumir um efeito de alavancagem que não deve ser desperdiçado.

5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A EDL PRO RURAL 2030 tem presentes os principais desafios de desenvolvimento e sustentabilidade do território, os quais vão para além do âmbito do DLBC, mas cuja intervenção é aqui contemplada prevendo a articulação e mobilização de outros instrumentos de programação que são desenvolvidos no ponto 7 deste documento.

Os desafios identificados estão em alinhamento com as áreas prioritárias de atuação resultantes do diagnóstico, as quais, traduzidas em enfoques temáticos, apresentam um bom alinhamento com o OE8 do PEPAC.

São 5 as áreas prioritárias identificadas, a que correspondem 5 enfoques temáticos e 29 objetivos destacados no formulário de candidatura, onde também é feita a correspondência com as necessidades principais e complementares identificadas para cada um deles e respetivo contributo para os indicadores de resultado do OE8.

As áreas de Atuação prioritárias são as seguintes:

1. Pessoas
2. Sistemas Alimentares Sustentáveis
3. Desenvolvimento Territorial
4. Ambiente
5. Participação Comunitária

Para estas 5 áreas de intervenção identificam-se os seguintes desafios a que a EDL pretende dar resposta:

Área Temática 1: Pessoas

- i. Inverter o despovoamento e envelhecimento crescente da população
- ii. Garantir serviços básicos de suporte à população mais isolada, sobretudo a mais envelhecida,
- iii. Promover a integração social e cultural das comunidades migrantes e minorias étnicas

Área Temática 2: Sistemas Alimentares Sustentáveis

- iv. Proteger e valorizar os recursos naturais e o património cultural
- v. Promover a valorização e sustentabilidade dos recursos endógenos do território,
- vi. Incentivar políticas publicas que promovam a diversificação agrícola, novas culturas promovendo uma diversificação cultural e evitando a monocultura na paisagem

Área Temática 3: Desenvolvimento Territorial

- vii. Promover a diversificação da atividade através da transformação, do turismo e de novas aplicações de maior valor acrescentado para produtos tradicionais assentes na I&D

Áreas Temáticas 2: Sistemas Alimentares Sustentáveis e 4: Ambiente

- viii. Incentivar políticas públicas que promovam a economia circular, nomeadamente ao nível da utilização da compostagem de sobranços da prática agrícola como forma de aumento da carga orgânica dos solos.
- ix. Promover a agroecologia e a economia regenerativa incentivando práticas de agricultura e pecuária regenerativa; a criação de agroflorestas sucessionais e multifuncionais (adaptadas) e sistemas alimentares de base territorial/local
- x. Valorizar a floresta, nomeadamente os seus produtos de elevado valor acrescentado resultantes da atividade de I&D
- xi. Mitigar os efeitos das alterações climáticas, em particular nos territórios com clima classificado como semiárido mediterrânico

Área Temática 5: Participação Comunitária

- xii. Promover novas formas de cooperação e governança em rede entre parceiros e com maior proximidade e envolvimento da comunidade

Tendo por base os enfoques temáticos e objetivos da EDL e o seu alinhamento com as necessidades principais, complementares e indicadores de resultado do OE8 para o qual contribuem e que constam do formulário de candidatura, resumem-se de seguida as principais linhas de orientação estratégica para a EDL.

Sem menorizar a importância de cada uma das 5 áreas de intervenção, resultou do amplo processo de discussão pública na construção da EDL, um forte consenso de que, tratando-se de uma macro estratégia de elevada abrangência, os eixos que apresentam maior potencial de desenvolvimento e afirmação do território e simultaneamente com maior potencial de influenciar a sua sustentabilidade social, económica e ambiental, com relevo para o seu impacto na mitigação dos efeitos das alterações climáticas, são os Sistemas Alimentares e o Turismo.

Dado o peso que representa na economia da região e o potencial natural e endógeno em que assenta, o setor primário apresenta condições únicas para se afirmar como principal motor de desenvolvimento do território pelos seguintes motivos:

- A qualidade do clima e do solo permite a produção de produtos endógenos de excelência que integram a dieta mediterrânica e têm elevado potencial para o desenvolvimento de uma alimentação saudável de base local.
- Para garantir a adequada exploração deste potencial e ganhar economias de escala num contexto de pequena produção, releva a necessidade de apoio à implementação de soluções inovadoras de agrologística de armazenamento, processamento, embalamento e distribuição como por exemplo: unidade de frio, desmanche e processamento de pecuária e caça; matadouro móvel; unidades de armazenamento, processamento e distribuição alimentar partilhadas, logística de apoio a recursos silvestres e à vinha, com a possibilidade de implementação destes projetos de agrologística partilhada em modelos de parceria público-privada.

- Neste ponto releva também o azeite como produto de excelência, mas que carece de políticas públicas para proteção e apoio aos olivais tradicionais muito presentes no território do concelho da Vidigueira e que são fundamentais no "blend" de produção de azeites de alta qualidade.
- Pelas suas qualidades intrínsecas, o TI possui capacidade de desenvolvimento de novos processos de agroecologia e economia regenerativa capazes de maior adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas. Dada a sua relevância neste contexto, a EDL propões que possam vir a ser objeto de discriminação positiva nas VGO dos avisos em consonância com as políticas centrais de estímulo a estes modos de produção.
- Neste território, o concelho de Mértola, com um clima semiárido mediterrânico, está a desenvolver uma estratégia que aposta na ciência associada à investigação aplicada para o desenvolvimento e pilotagem de soluções de combate e mitigação das alterações climáticas, promoção da agricultura regenerativa e combate à desertificação, criando um laboratório vivo de experimentação e monitorização que poderá vir a conduzir a novas soluções com potencial de replicação a outros territórios, nomeadamente aos municípios que integram esta EDL.
- Os três municípios têm um grande potencial de afirmação na cultura da vinha e produção de vinhos de qualidade e diferenciados. O Município da Vidigueira destaca-se pela afirmação do Vinho de Talha, produto de excelência com crescente afirmação a nível nacional e internacional e em processo de reconhecimento como Património da Humanidade pela UNESCO. Também neste caso o Município de Mértola está a desenvolver investigação sobre castas com maior potencial de adaptação a características edafoclimáticas adversas.
- O crescimento de uma procura cada vez mais sofisticada por vinhos de qualidade e diferenciados confere a esta região um potencial de diversificação de atividade, quer na transformação, quer no desenvolvimento do Enoturismo.
- O mesmo potencial turístico pode ser associado aos restantes produtos endógenos e a uma gastronomia rica assente na Dieta Mediterrânica capaz de oferecer experiências únicas a turistas exigentes, informados e de elevada capacidade económica, nomeadamente oriundos do estrangeiro.
- Também a identidade, a cultura e o património histórico, associados a uma paisagem de excelência que inclui o Parque Natural do Vale do Guadiana, são fatores que poderão alavancar a economia local, se assentes na procura crescente de um turismo sofisticado, consciente, sustentável e pouco massificado, a que se deverá associar uma oferta qualificada e com certificação de sustentabilidade.

Todos estes ingredientes, se desenvolvidos no respeito pelos princípios de sustentabilidade mencionados, podem dar um contributo relevante para enfrentar os desafios e condicionamentos apontados nas restantes áreas temáticas, em particular na adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas e qualificar o Território para a oferta de uma qualidade de vida de excelência, capaz de atrair e fixar população e para a sua afirmação internacional como destino de excelência.

6. ANIMAÇÃO DA PARCERIA

O processo de envolvimento da comunidade contemplou um vasto conjunto de iniciativas complementares, quer na fase de diagnóstico onde foram desenvolvidos 7 diagnósticos setoriais, quer no desenho da estratégia, de que se destacam: 12 sessões públicas com um total de mais de 250 participantes, 10 reuniões preparatórias com parceiros e 9 inquéritos setoriais. Neste processo merece destaque a ação de participação comunitária desenvolvida em Mértola, por este município passar a integrar a parceria de forma integral, tendo sido necessário desenvolver um esforço adicional de informação e esclarecimento dos novos parceiros. Este trabalho resultou num aumento muito significativo do número de parceiros, nomeadamente do setor privado empresarial.

Todas estas iniciativas têm as suas evidências devidamente documentadas, quer em termos de registos fotográficos, folhas de presença e relatórios síntese de conclusões das sessões. O relatório com estas evidências é anexado como documento no formulário de candidatura.

7. ARTICULAÇÃO COM ESTRATÉGIAS REGIONAIS E SUB-REGIONAIS

Os enfoques temáticos e objetivos da EDL apresentam um forte potencial de articulação com a estratégia regional Alentejo 2030, com um cruzamento quase perfeito entre os 4 objetivos temáticos do Alentejo 2030 e 6 dos 8 Planos de ação e os enfoques e objetivos da EDL.

Além do Alentejo 2030, destacam-se os seguintes Planos Regionais e Nacionais com que esta EDL se articulará:

- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)
- Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão para o período 2008-2012 (PNALE II) Fundo Português de Carbono
- Plano Nacional da Água, Decreto-Lei nº 76/2016, de 9 de novembro.
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)
- PGRH 7 – Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)
- Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)
- PPEC – Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica

A EDL apresenta também um bom alinhamento e potencial de articulação com algumas estratégias, planos e projetos de caráter sub-regional de que se destacam:

- Programa de Transformação da Paisagem (PTP): Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP), Condomínio de Aldeia e Emparcelar para ordenar
- Investimento Territorial Integrado do Algarve e Alentejo
- Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas do Baixo Alentejo
- Plano Distrital de Emergência da Proteção Civil de Beja
- Planos Municipais de Emergência de Proteção

- Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios
- Plano de Adaptação de Mértola às Alterações Climáticas: Setor das Florestas e Agricultura
- Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Baixo Alentejo
- Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana (POPNAVIG)

8. ÁREAS TEMÁTICAS

As Áreas de intervenção da EDL foram enquadradas no Ponto 5 da Estratégia e são de seguida sistematizadas em termos de peso percentual de alocação de verbas FEADER. Estas percentagens de alocação FEADER resultam da síntese do quadro apresentado no ponto 9 deste documento.

ÁREAS TEMÁTICAS	% Alocação FEADER
1. PESSOAS	10%
2. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS	35%
3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	25%
4. AMBIENTE	20%
5. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	10%
Total	100%

Esta distribuição tem em conta os objetivos e instrumentos de financiamento proporcionados pelo PEPAC, que no conhecimento presente do seu regulamento, pode vir a proporcionar financiamento a todas as áreas temáticas, com maior enfoque e alinhamento com os temas ligados à agricultura, agroalimentar e ambiente, mas também à participação comunitária, pela própria filosofia do DLBC. Quer para uma maior cobertura da Área 1 – Pessoas, quer de uma forma geral, para todas as áreas temáticas, no sentido de enquadrar todas as iniciativas do Plano de Ação e concretizar os objetivos propostos, tornam-se relevantes as complementaridades com outras políticas, planos e instrumentos de financiamento regionais, nacionais e europeus, nomeadamente, mas não exclusivamente, os apontados no ponto anterior.

9. INDICADORES DE RESULTADO

O quadro seguinte sintetiza a distribuição da alocação de verbas do FEADER a cada um dos 10 indicadores de resultado do OE8 do PEPAC em função da distribuição por enfoque temático e respetiva associação a esses indicadores.

Indicadores de Resultado	Enfoque	Percentagem de Alocação da Verba FEADER (Revisão)	
R.9 Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	1. PESSOAS 2. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS 3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 4. AMBIENTE 5. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	0% 10% 5% 0% 0%	15%
R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC	1. PESSOAS 2. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS 3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 4. AMBIENTE 5. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	0% 10% 5% 0% 1%	16%
R.15 Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW)	1. PESSOAS 2. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS 3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 4. AMBIENTE 5. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	0% 5% 0% 10% 0%	15%
R.17 Solo florestado Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição (ha)	3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 4. AMBIENTE	3% 3%	6%
R.18 Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 4. AMBIENTE	2% 2%	4%
R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	1. PESSOAS 2. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS 3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 4. AMBIENTE 5. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	2% 5% 3% 3% 2%	15%
R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	1. PESSOAS 2. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS 3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 4. AMBIENTE 5. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	2% 5% 3% 2% 2%	14%
R.40 Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias "Aldeias Inteligentes" apoiadas	1. PESSOAS 2. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS 3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 4. AMBIENTE 5. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	2% 0% 2% 0% 1%	5%
R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC	1. PESSOAS 2. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS 3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 4. AMBIENTE 5. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	2% 0% 2% 0% 1%	5%
R.42 - Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados	1. PESSOAS 2. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS 3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 4. AMBIENTE 5. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	2% 0% 0% 0% 3%	5%
Total		100%	100%